

Moção 40

MOÇÃO FUNDAÇÃO COM A MOÇÃO 41

SENDO APRESENTADA ESTA ÚLTIMA APENAS

Moção

Sustentabilidade Ambiental, um pensamento global de ação local

APROVADA POR UNANIMIDADE E APLAUSOS

Hoje temos pela frente o maior desafio da Humanidade que é o combate às alterações climáticas. Com efeito, de acordo com dados das Nações Unidas, entre 2030 e 2050 o planeta atingirá um aumento da temperatura média em cerca de 1,5º Cc, sendo Portugal um dos países europeus mais afectados pelas alterações climáticas.

Cada vez mais, assistimos e somos confrontados nas nossas freguesias, a fenómenos como a seca extrema, incêndios rurais de grande dimensão ou cheias súbitas. Tratam-se de ocorrências que devem merecer toda a nossa atenção.

Torna-se, pois, imperativo que esta consciencialização se traduza em medidas efetivas e urgentes, que travem as emissões de gases com efeito de estufa e promovam as mudanças necessárias para a sustentabilidade ambiental do nosso território.

Com esse propósito, o Governo definiu as alterações climáticas como um dos principais desafios para a década, tendo aprovado o roteiro para a neutralidade carbónica 2050 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho.

É, pois, tempo de vermos a nossa política ambiental a ser efetivada ao nível local, nas nossas Freguesias.

O Poder Local em Portugal sempre foi sinónimo de desenvolvimento e de coesão. É sobejamente conhecido e reconhecido que as autarquias locais potenciam as melhorias na qualidade de vida da população em todo o território nacional e são promotoras de respostas efetivas em vários domínios, muitas das vezes primeiro que o Estado Central, sempre que em causa esteja o bem-estar e o futuro das populações.

Em cada uma das nossas freguesias, do Minho ao Algarve, sem esquecer os territórios insulares, encontramos bons exemplos de investimentos que promovem o desenvolvimento e a coesão territorial. Desde investimentos em saneamento básico, na construção de estradas que liguem as comunidades, na edificação de espaços equipamentos culturais que levam a cultura ao Interior do nosso País, a aposta no desporto com o investimento em equipamentos públicos desportivos, em escolas e equipamentos de apoio social, na otimização e utilização dos recursos naturais, entre muitas outras iniciativas.

Esta preocupação está presente no dia-a-dia dos autarcas, em particular nos autarcas de Freguesia. Todavia, precisamos de assumir uma maior responsabilidade. Não basta exigirmos aos Municípios e ao Poder Central que tenha ações de combate às ações climáticas. É importante que possamos utilizar os recursos existentes e ter uma atitude pro-ativa na defesa dos nossos territórios. Para tal, devemos observar os recursos financeiros que o Fundo Ambiental e os Fundos Comunitários nos permitem mobilizar, e exigir que possamos ter mais financiamento público. Devemos observar projetos como as Freguesias + Eficientes ou o Eco-Freguesias, e apostar cada vez mais em freguesias sustentáveis.

A defesa do ambiente e dos nossos territórios não tem barreiras de qualquer natureza, mas exige um compromisso da comunidade, envolvendo autarcas e sociedade civil.

Perante isso, urge desenvolver estratégias e ferramentas inovadoras, no seio das freguesias, em resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas. Entendemos que uma carta de compromisso local, possa ser um passo certo para essa maior proatividade tão necessária.

pub. Curso
C. L.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like "João", "Inês", "Nuno Correia", and "Teresa".

Através desta Carta de Compromisso podemos estabelecer aquilo que serão as ações concretas que cada um de nós, autarcas de Freguesia, poderá fazer para diminuir os efeitos provocados por este fenómeno.

Deve ser este o nosso caminho! O caminho do compromisso político e de implementação de políticas ambientais, e que até há pouco tempo estavam enraizadas no Poder Municipal e Central.

Assim, pretendemos através desta moção que a ANAFRE:

- Faça uma maior divulgação dos programas de apoio já existentes para as Freguesias;
- Interceda junto da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Governo para que no próximo quadro comunitário haja um reforço do financiamento para as freguesias;
- Estabeleça a Carta de Compromisso Local para as alterações climáticas, para que as freguesias possam definir o seu contributo no sentido de combater esta crise climática.

Portimão, 25 Janeiro 2020

Os subscritores

1º subscritor: Pedro Brás UF Marschner - Monte Abraão

José Afonso Aguiar - União das Freguesias de Sintna
Paulo Adresu - União Freguesias do Casal e São Marcos
Kathlyn Martins - Freguesia do Casal do Gacho
Cristina Feoullita - União freguesias Queluz e Mira Sintra
HÉLDER COELHO - UNIÃO FREGUESIAS MARRAZÉ E MONTE ABRÃO
NÍCOR MENDES - UNIÃO FREGUESIAS CAJÁTIL-SÃO MARCOS
AIRCANO XAVIERES - JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA
Rui Pereira - UF Alameda BSA - P. P. Loure e P. P. Loure
Jorge Alves - União Freguesias Queluz e Belas
Cristina Beirão - União Freguesias Queluz e Belas
Fernando Pereira - União das freguesias de Santa
CARLOS CASIMIRO - FREGUESIA DE AVALVA E NVA SINTRA
Miguel Rocha - Freguesia de Agualva e Mira Sintra
Miguel Alves - Freguesia de Casal de Cambra
Pedro Regalado - Freguesia de Campa de Ourique
Diana Gonçalves - Freguesia de Olivais
Miguel Rodrigues - Freguesia de Olivais

Yonand Fialy - unid freguesia nacional lauro
Javier Cruz Fery - Freguesia Rio Ouro
Jose Amador - Freguesia de San Pedro

Jose Ines - Freguesia da Guarda

~~Jose Ines~~ = Freguesia de Natouros

Edsa Canuacho - Freguesia Maxial e Monte Redondo

Bernardo - V. Freguesia E. Basso, Gradil, Viana, Pujano

MOÇAMBIQUE FUNDAÇÃO / A MOÇAMBIQUE Nº 48**FREGUESIAS PORTUGUESAS NA VANGUARDA DA SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL**APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

As alterações climáticas representam uma emergência sem precedentes, diz a Organização das Nações Unidas. A ambição desmedida, a ação irresponsável do homem sobre a natureza e a clara falha no combate à crise climática têm conduzido à destruição massiva de ecossistemas que muito dificilmente serão recuperados.

De acordo com o Relatório Especial do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*, doravante, designado IPCC) são já visíveis os impactos destrutivos das alterações climáticas e o futuro nada prevê de bom.

Sabemos que combater o aquecimento global implicará, necessariamente, limitar as emissões de dióxido de carbono em todos os sectores da atividade humana, no entanto, é constrangedor continuar a assistirmos, um pouco por todo o mundo, às consequências da ausência ou das diminutas medidas tomadas por parte de governos para fazer face ao problema, uma vez que, estes parecem rendidos ou subjugados ao poderio de grandes grupos económicos ou fazem parte de uma estratégia de disputa de uma hegemonia regional ou de afirmação no contexto internacional.

De entre as várias regiões do globo, o Sul da Europa e a Península Ibérica têm sido indicados como uma das regiões da Europa mais vulneráveis e potencialmente mais afetadas pelas alterações climáticas e passível de sofrer impactos potenciais tais como aumento na frequência e intensidade de secas, inundações, cheias repentinas, ondas de calor, incêndios rurais, erosão e galgamentos costeiros. De acordo com IPCC, os cenários climáticos mais dramáticos para Portugal preveem que o aumento da temperatura possa chegar a 5°C em 2100 o que, a registar-se, implicaria consequências dramáticas ao nível da fauna e flora nacional, nos hábitos de vida das populações e traria

consequências económicas e sociais verdadeiramente imprevisíveis. E se dúvidas houvesse sobre isto, basta analisarmos os últimos anos no país e, rapidamente, nos lembraremos dos períodos de seca persistente, das temperaturas abrasadoras que tendem a coincidir com as épocas de incêndios e avanço do mar que, ano após ano, ganha terreno e põe em causa a segurança de bens e pessoas.

Este contexto extremamente adverso tem merecido por parte do governo português a prossecução de políticas de mitigação e adaptação tendo como objetivos desacelerar as alterações climáticas e adaptar o território e a sociedade aos efeitos das alterações climáticas.

Portugal tem provas dadas em matéria de combate às alterações climáticas e está em linha de cumprimento dos objetivos europeus e nacionais para 2020/2030 e evidencia objetivos ambiciosos, nomeadamente:

- **o de desenvolver uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, com o objetivo de neutralidade carbónica em 2050;**
- **promover a circularidade da economia e “desligar” o crescimento económico das emissões e do consumo de recursos através da inovação e de novas abordagens que promovem a eficiência do uso de recursos, incluindo energia;**
- **integrar a política climática nas políticas sectoriais;**

A concretização destes desideratos dependem, em primeira instância, da administração central enquanto entidade definidora de políticas para todo o território, mas jamais poderá desprezar a importância das entidades imediatamente subsidiárias como as autarquias locais (entenda-se câmaras e juntas de freguesia) que, pela sua proximidade à população, estão mais capacitadas para induzir comportamentos de verdadeira mudança.





O crescente número de freguesias a aderir à rede de Ecofreguesias, a participar nas diversas ações promovidas no âmbito do Fundo Ambiental, têm demonstrado a vontade e apetência de participar no desenvolvimento de

políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Por tudo isto, as freguesias portuguesas querem assumir-se como parceiros privilegiados do estado português na prossecução dos compromissos internacionais assumidos na Cimeira do Clima em Paris. Pela sua natureza e função, cujo expoente máximo é a proximidade, as freguesias portuguesas devem ter um papel determinante na implementação das políticas públicas constantes do Plano Nacional integrado Energia e Clima (PNEC);

Deste modo, entendemos que as juntas de freguesia devem, através da Anafre, encetar negociações com o governo no sentido de:

1. ver garantidas a possibilidade de participação num maior número de projetos ligados desenvolvimento de políticas na área do ambiente;
2. ver criados ou reforçados apoios específicos tendentes à melhoria da eficiência energética do respetivo edificado e/ou os espaços públicos sob a sua gestão;
3. ver financiados e/ou apoiados projetos de gestão mais eficiente da água (ciclo da água);
4. ver reforçados os financiamentos de ações para promoção da descarbonização e a melhoria do desempenho ambiental do Parque de Veículos das Freguesias;

FREGUESIA	NOME DO DELEGADO
Alameda do Inês	
Vila Real	Francisco Rocha
Belver	João Jesus
Campo do Ourique	
BELVER	
BELVER	
Vila Real	António Manuel Martins
Vila Real	António Manuel Martins

União freguesias Borbela	José
Lamas de Olo	
Idem	Amorim
Pedras e Lajeado	José
AVINTES	Castro
Pedras - Seizelo	
RIO TINTO	
Alcova Santa	José de Santa
Campanha	Santa Tris Branda Santos
Campanha	José Santos
UF. Gondomar (slone) V. para	António Braz
UF Gondomar (slone) Vila Verde	Castro
Rio Tinto	BEL
União freguesias Alcañices	
UF de todos ST. Catarina	Amorim
Freguesia Polvoreira	Amorim
Nossa Senhora fátima - Entre-os-Rios	Amorim
Posto SANT. TEREISA AGRAS	Amorim
União Freg. Gato e Fl. R. e J.P.	Amorim
Póvoa e Bradas	Amorim
Freguesia Açougue do campo	Franco
União freguesias Mac. e L. e L.	José Santos
Freguesias R. e S.	Castro
Freguesia Germil	Amorim
Cisenicómbia - LISBOA	Amorim
BAGUI DO PONTE (GONDOMAR)	Amorim
Freguesia de São d'El-Rei	Amorim

Freguesia de Avis

Amorim, Castro, Santos